

NOTA INFORMATIVA

Formalização do pedido de mobilidade de docentes por motivo de doença para o ano letivo 2024/2025

1. Encontra-se disponível na página da Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE), pelo prazo de 5 dias úteis, de 15 de julho até às 18h00 de dia 19 de julho, o formulário eletrónico para formalização do pedido de mobilidade de docentes por motivo de doença para o ano 2024/2025.
2. Recordamos que, nos termos do n.º 2 do Despacho n.º 7716-A/2022, de 21 de junho, o pedido apenas pode ser instruído através do preenchimento deste formulário.
3. No caso de **pedido de mobilidade por doença do próprio**, o processo deve ser instruído com os seguintes documentos, a importar obrigatoriamente por “upload” informático, na plataforma SIGRHE aquando da submissão do pedido:
 - a) Relatório médico, em modelo da DGAE, previamente extraído da aplicação eletrónica disponibilizada no SIGRHE para o devido efeito e devidamente preenchido e assinado pela entidade competente, que ateste e comprove a situação de doença nos termos do Despacho Conjunto n.º A -179/89 -XI, de 12 de setembro.
 - b) Declaração da entidade prestadora dos cuidados médicos, sempre que exista tratamento;
 - c) Atestado médico de incapacidade multiuso, quando existente.
4. Nos demais casos, o processo deve ser instruído com os seguintes documentos, a importar obrigatoriamente por “upload” informático, na plataforma SIGRHE aquando da submissão do pedido:
 - a) Relatório médico, em modelo da DGAE, previamente extraído da aplicação eletrónica disponibilizada no SIGRHE para o devido efeito e devidamente preenchido e assinado pela entidade competente, que ateste e comprove a situação de doença nos termos do Despacho Conjunto n.º A-179/89-XI, de 12 de setembro.

- b) Declaração emitida pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira que ateste que o docente e as pessoas a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, residem no mesmo domicílio fiscal;
- c) Documento comprovativo emitido pela Junta de Freguesia que ateste, mediante apresentação de prova documental ou testemunhal, a relação familiar ou união de facto, bem como a relação de dependência do parente ou afim do 1.º grau da linha reta ascendente que coabite com o docente e o local da residência familiar;
- d) Declaração da entidade prestadora dos cuidados médicos às pessoas a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, sempre que exista tratamento;
- e) Atestado médico de incapacidade multiuso, quando existente.

5. Os docentes devem ainda, obrigatoriamente, enviar por via informática (upload), para além dos documentos descritos em 3 e 4, todos os documentos que comprovem a situação profissional e que não constem do seu processo individual, nomeadamente, documentos que comprovem a sua identificação, qualificação profissional e tempo de serviço.

Os docentes providos em quadros das Regiões Autónomas, devem também anexar uma declaração da escola onde conste clara e inequivocamente a situação jurídico-funcional, na qual se encontram à data do pedido de mobilidade por doença (provimento).

A DGAE irá validar os dados relativos à situação de doença, pelo que todos os docentes (Continente e Regiões Autónomas) deverão enviar, via upload, os documentos necessários à validação da mesma.

6. O incumprimento do disposto anteriormente tem como consequência a exclusão do procedimento de mobilidade por doença.

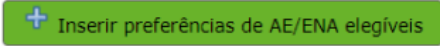
7. Os docentes devem efetuar a manifestação de preferências em conformidade com o art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho. Para esse efeito:

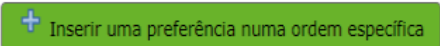

- a) **Não é possível** indicar preferência por AE/ENA cuja sede diste menos de 20 km, medidos em linha reta, da sede do concelho em que se situa o AE/ENA de provimento (**campo 5.1. da aplicação eletrónica - AE/ENA Não elegíveis**);
- b) **Apenas é possível** indicar preferência por AE/ENA cuja sede esteja situada num raio de 50 km, medidos em linha reta, da sede do concelho onde se localiza a

entidade prestadora dos cuidados médicos ou a residência familiar (**campo 5.2. da aplicação eletrónica - AE/ENA elegíveis**);

8. A aplicação eletrónica disponibiliza automaticamente os códigos dos AE/ENA que resultam da conjugação do estabelecido nas alíneas a) e b) do número anterior, apresentando-se os mesmos ordenados em função da distância a que os mesmos se situam em relação à sede do concelho para onde pretende a mobilidade, do mais próximo para o mais distante.

9. Para efeitos da manifestação de preferências, os docentes podem ordenar a totalidade ou parte dos códigos de AE/ENA situados na área geográfica resultante da conjugação do estabelecido nas alíneas a) e b) do ponto 7.

10. Caso pretenda concorrer à totalidade dos AE/ENA elegíveis, respeitando a ordem apresentada no campo 5.2. da aplicação eletrónica, poderá inserir automaticamente todas as preferências carregando no botão  .

As preferências inseridas poderão ser eliminadas através do botão X, ordenadas de forma diferente carregando no botão  ou inseridas individualmente  .

A colocação em regime de mobilidade de docentes por motivo de doença, de acordo com as preferências manifestadas no formulário eletrónico destinado para o efeito, em conformidade com o n.º 4 do art.º 8 do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, está sujeita à capacidade de acolhimento de cada AE/ENA, nos termos do art.º 7.º do referido normativo.

15 de julho de 2024,

A Subdiretora-Geral da Administração Escolar

Joana Gião